

O BRINCAR COMO DIREITO FUNDAMENTAL: OMISSÃO DO ESTADO NA GARANTIA DE RECURSOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

PLAY AS A FUNDAMENTAL RIGHT: STATE OMISSION IN GUARANTEEING RECREATIONAL RESOURCES IN PUBLIC EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Geovana Barbosa da Silva¹

David Boaventura Rodrigues de Oliveira²

RESUMO: Este artigo discute a importância do brincar como um direito fundamental da infância, reconhecido por legislações como a BNCC e o ECA. A brincadeira é apresentada como um elemento essencial no desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança, ultrapassando sua função recreativa. No entanto, observa-se que muitas instituições públicas de ensino negligenciam esse direito, devido à escassez de recursos, à falta de espaços adequados e à desvalorização pedagógica do brincar. A omissão do Estado compromete o pleno desenvolvimento infantil, resultando em impactos negativos no comportamento, na aprendizagem e na saúde emocional das crianças. O artigo destaca a necessidade de políticas públicas que garantam ambientes lúdicos estruturados.

Palavras-chaves: Brincar; Infância; Educação Infantil; Direito à Ludicidade; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article discusses the importance of play as a fundamental right of childhood, recognized by legislations such as the BNCC and the ECA. Play is presented as an essential element in the cognitive, motor, emotional, and social development of the child, going beyond its recreational function. However, it is observed that many public educational institutions neglect this right due to the lack of resources, inadequate spaces, and the undervaluation of play in pedagogy. The state's omission compromises the full development of children, resulting in negative impacts on behavior, learning, and emotional health. The article highlights the need for public policies that ensure structured playful environments.

Keywords: Play; Childhood; Early Childhood Education; Right to Play; Public Policies.

INTRODUÇÃO

O ato de brincar é um componente fundamental da infância, sendo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da criança. Por meio das brincadeiras, ela consegue se expressar, criar narrativas, imitar o mundo adulto e, sobretudo, construir conhecimento. O brincar vai além de uma atividade recreativa, pois assume um papel central no desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças.

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Gilgal;

²Graduanda em Direito pela Faculdade Gilgal.

Nesse sentido, “o brincar, atualmente, pode ter sido ou está sendo mitigado”, como afirmam Pereira Aprígio Silva e Barbosa (2021), especialmente em contextos em que o direito à infância não é plenamente garantido pelo poder público.

Apesar de ser um direito garantido por lei, muitas instituições ainda negligenciam essa prática, especialmente nas escolas públicas. Esse cenário é preocupante, pois o brincar não pode ser visto como algo secundário, mas como uma ferramenta vital para a saúde formação integral das crianças. Cada brincadeira proporciona processos essenciais, como a aquisição de saberes, a socialização, o desenvolvimento motor e o fortalecimento da autonomia.

Contudo, “as políticas públicas educacionais que poderiam dar concretude ao brincar... não têm se efetivado na Educação Infantil”, como discute Nakamura (2023), revelando uma fragilidade persistente na implementação das políticas previstas em lei.

Esse descaso é ainda mais preocupante quando se considera que “o brincar ... não é apenas uma ação simbólica de mero passatempo, ... possibilita descobertas e aprendizagens significativas” (Ensino, 2021, p. 254), o que reforça sua centralidade no desenvolvimento humano. Além disso, documentos normativos como a BNCC reconhecem essa importância ao afirmar que “a Base Nacional Comum Curricular reafirma que o brincar é um direito e orienta a gestão escolar...” (Barbosa; Miranda; Marques, 2021, p. 2922). Ainda assim, muitas instituições permanecem distantes dessas diretrizes.

Questões relacionadas à cidadania e ao direito ao brincar também se apresentam como desafios contemporâneos. Como afirmam Alvarenga, Vianey de Carvalho e Almeida (2024, s.p.), há “desafios para a construção da cidadania ... a garantia dos direitos à brincadeira ... a partir do fazer docente”, mostrando que a luta pela efetivação do brincar envolve também o campo das práticas pedagógicas.

“Evidenciou-se a importância da introdução de brincadeiras, por meio de jogos pedagógicos, na contribuição para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo das crianças.” (Silva, 2022).

Além disso, o brincar abarca dimensões físicas, sensoriais, cognitivas e afetivas. Ao brincar, a criança estabelece vínculos, explora as capacidades do próprio corpo, aprende a seguir regras, interage com os colegas e resolve conflitos, tudo isso de forma espontânea, enquanto está envolvida na brincadeira e, simultaneamente, no processo de aprendizagem.

Contudo, a falta de brinquedos, materiais pedagógicos adequados, espaços adequados e formação contínua para os educadores coloca em risco a efetividade dessa prática. Como

garantir esse direito quando a realidade escolar está distante das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

A omissão do Estado em relação a essas demandas revela uma falha grave, comprometendo diretamente o desenvolvimento de milhares de crianças. O brincar, que deveria ser reconhecido como elemento essencial do processo educativo, acaba sendo tratado como algo secundário ou irrelevante.

Como resultado, muitas educadoras se veem forçadas a improvisar atividades lúdicas com recursos simples, como garrafas, tampinhas e caixas, buscando garantir momentos lúdicos. Embora essas iniciativas sejam criativas e válidas, elas não substituem o papel do poder público em oferecer uma infraestrutura mínima que respeite e valorize a infância.

A elaboração desse trabalho segue uma abordagem qualitativa, baseada em autores que falam do desenvolvimento infantil. Foram utilizados documentos do ECA e BNCC. Além de abordar as limitações que as instituições públicas passam por limitações nas estruturas. Essa leitura permite, a compressão que a falta de recursos espaço podem trazer uma grande consequência diretamente no Direito de brincar.

A omissão do Estado em relação a essas demandas revela uma falha grave, comprometendo diretamente o desenvolvimento de milhares de crianças. O brincar, que deveria ser reconhecido como elemento essencial do processo educativo, acaba sendo tratado como algo secundário ou irrelevante.

Como resultado, muitas educadoras se veem forçadas a improvisar atividades lúdicas com recursos simples, como garrafas, tampinhas e caixas, buscando garantir momentos lúdicos. Embora essas iniciativas sejam criativas e válidas, elas não substituem o papel do poder público em oferecer uma infraestrutura mínima que respeite e valorize a infância.

A realidade na educação infantil pública expõe uma desigualdade estrutural, na qual o direito ao brincar, sustentado por normas legais, está condicionado aos esforços pessoais das educadoras. Mesmo com sua dedicação em oferecer experiências significativas, a ausência de materiais adequados, áreas amplas e brinquedos prejudica o crescimento das crianças e impõe uma carga excessiva às profissionais. Para assegurar um desenvolvimento adequado, é fundamental que se estabeleçam políticas públicas efetivas que garantam recursos financeiros, capacitação adequada e ambientes que valorizem o brincar como um direito fundamental.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste texto, discutiremos como a ludicidade é fundamental para o desenvolvimento motor das crianças, especialmente na Educação Infantil. A brincadeira, por sua vez, é essencial e representa uma das formas mais importantes de aprendizagem na infância. É por meio dela que as crianças experimentam, imitam, inventam e reconhecem o mundo ao seu redor. Durante uma brincadeira — desde as mais simples, como esconde-esconde, até imitações de animais — estão presentes elementos fundamentais para o desenvolvimento motor, como equilíbrio, lateralidade, coordenação motora, força e noção de espaço.

Nesse sentido, a ludicidade, tida como uma ferramenta essencial para a aprendizagem, torna-se uma estratégia didática que favorece a construção do conhecimento do indivíduo, a linguagem, a criatividade, a motricidade, o raciocínio lógico e psicossocial da criança” (Silva, 2023, p. 69). Isso demonstra que o brincar não é apenas espontâneo, mas um recurso pedagógico estruturante, que amplia múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil.

Segundo Ximenes et al. (2025), o brincar é visto como um elemento essencial da infância, como uma maneira de envolver aprendizagens cognitivas, afetivas, entre outras.

Esses momentos são essenciais para fortalecer vínculos afetivos e desenvolver habilidades importantes para a vida em sociedade. Ademais, a brincadeira contribui para que as crianças expressem seus sentimentos e elaborem suas emoções de maneira criativa e segura. Conforme afirma Silva (2023, p. 36), “o brincar na Educação Infantil constitui-se como base para o desenvolvimento integral das crianças, favorecendo aspectos motores, cognitivos e sociais”.

No ambiente escolar, a brincadeira deve ser planejada e valorizada como parte do processo educativo. As brincadeiras dirigidas, livres ou simbólicas podem ser utilizadas como estratégias para desenvolver a coordenação motora e o pensamento lógico, além de estimular a imaginação. É durante essas experiências que as crianças exploram o próprio corpo, testam seus limites e descobrem novas possibilidades de movimento.

Além disso, é importante compreender que “o brincar deve ser entendido como um direito da criança e uma necessidade pedagógica para que o processo de aprendizagem aconteça de forma significativa” (Moraes, 2022, p. 76). Isso reforça que a ludicidade não pode ser tratada como algo secundário ou apenas recreativo, mas como prática essencial garantida por políticas públicas e documentos oficiais.

Ter uma atividade lúdica, de forma alegre e espontânea, é uma das maneiras mais eficazes de desenvolver a coordenação motora das crianças. Brincadeiras que envolvem movimentos amplos e variados — como amarelinha, dança nas cadeiras e circuitos com obstáculos — estimulam o corpo de forma intensa e completa, principalmente os membros superiores e inferiores

Nesse contexto, “a ludicidade é um recurso metodológico essencial na Educação Infantil, pois torna o processo de aprendizagem mais prazeroso e significativo” (Domingues, 2022, p. 130). Quando a criança experimenta alegria ao se movimentar, sua aprendizagem se potencializa.

Essas atividades ajudam no equilíbrio e no exercício corporal de maneira natural e diversificada. Por exemplo, pular corda trabalha o ritmo e a tensão, principalmente na parte de baixo do corpo, além de melhorar a coordenação entre os braços e os pés. Já a amarelinha desenvolve o equilíbrio e a lateralidade, porque a criança precisa pular com um pé só e alternar os lados, se concentrando nos espaços marcados.

Essas ações, mesmo simples, são essenciais para organizar os movimentos corporais. A dança nas cadeiras é outra brincadeira clássica que ajuda a desenvolver a noção de espaço, escutando e vendo tudo ao seu redor. A criança precisa se mover de acordo com o som da música e reagir rapidamente quando ela para, o que ajuda a integrar a percepção auditiva e a ação motora.

Também é importante destacar que “a ludicidade deve ser vista como prática essencial no cotidiano escolar, proporcionando experiências que ampliam o desenvolvimento das crianças” (Faria, 2022, p. 28). Isso significa que as atividades motoras precisam estar presentes diariamente, e não apenas em momentos isolados.

Os circuitos trabalham várias habilidades, como correr, rastejar, engatinhar, pular e se equilibrar. Essa diversidade de movimentos fortalece os músculos, melhora a coordenação geral e estimula o raciocínio lógico.

Infelizmente, é comum que muitos adultos tenham dificuldades motoras. Muitas vezes, esses comandos não foram estimulados na infância. Hoje em dia, vemos muitos adultos tentando se engajar em atividades físicas e recreativas, mas com menos flexibilidade corporal e comandos motores mais limitados. Isso mostra o quanto é importante investir desde cedo em experiências que estimulem tanto o corpo quanto a mente.

De acordo com Gomes (2015), o desenvolvimento motor acontece de forma gradual. Por isso, é fundamental que os professores deem valor aos momentos de brincadeira com objetos simples. Além das brincadeiras de estátua, também existem jogos como “morto vivo”, “dança livre”, “pega-pega”, “passo-anel” e “boliche com garrafas”. Essas atividades, apesar de simples, são ótimas para trabalhar a coordenação motora, a noção de tempo e espaço, o controle emocional e a sociabilidade.

Por exemplo, quando uma criança participa de um jogo como “morto vivo”, ela precisa responder rapidamente aos comandos verbais, o que ajuda a focar a atenção e a melhorar a resposta motora. Já no jogo da estátua, ela treina o controle corporal e a concentração. E no boliche com garrafas, a criança trabalha a força, a precisão e a coordenação olho-mão.

Uma brincadeira, de forma alegre, promove a coordenação de movimentos, como saltar e dar pulos. Ela trabalha todas as partes do corpo, incluindo os membros superiores e inferiores. Quando as crianças exploram seus movimentos, são desafiadas a trabalhar todas as partes do corpo, desenvolvendo habilidades necessárias como saltar, girar e lateralidade.

É muito comum encontrarmos adultos com dificuldades motoras, que se tornam perceptíveis em atividades do cotidiano. Muitos adultos apresentam grande fragilidade ao praticar diversas atividades, como correr, fazer exercícios físicos ou participar de brincadeiras que envolvem seus movimentos.

Nos tempos atuais, vemos um número menor de pessoas levando uma vida ativa na sociedade, com poucas respostas rápidas aos seus movimentos durante brincadeiras coletivas. Esses indivíduos têm menos habilidades para se movimentar, e atividades como correr e dançar são cada vez mais raras. Seu corpo não responde de forma eficaz aos comandos necessários para que uma atividade ou recreação seja realizada.

Para Carvalho e Torres (2021), a diminuição de práticas lúdicas corporais tem impacto direto no repertório motor das crianças, já que correr pular e caminhar, são práticas responsáveis. É notável que, na educação infantil, muitos docentes utilizam brincadeiras de dança com as crianças. Elas brincam e dançam sem se preocupar se seus movimentos estão corretos, simplesmente seguindo o que sentem. Esse processo é essencial para explorar a coordenação motora das crianças desde cedo, proporcionando eficiência aos seus movimentos e evitando dificuldades no futuro.

A brincadeira cria um ambiente propício para trabalhar a coordenação das crianças. Através dos movimentos que elas acompanham — como pular, abaixar, subir —, habilidades

que envolvem a mente e o corpo são desenvolvidas. A dança, que pode ser uma forma de brincadeira, trabalha todos os músculos das crianças, o que é de grande importância para seu desenvolvimento. Além disso, ela tem um papel crucial no desenvolvimento da noção de espaço, ensinando as crianças a respeitar o espaço dos outros. Elas aprendem a sincronizar seus passos com os dos colegas. O ritmo da brincadeira estimula os movimentos corporais, e esses movimentos podem ser incorporados nas atividades cotidianas.

Freire (2021), “as crianças precisam desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para criar, modelar e estruturar movimentos de forma expressiva”. Muitas vezes, a criança utiliza movimentos espontaneamente, variando gestos e dinâmicas para expressar seus sentimentos e ideias. Com encorajamento e assistência, elas brincam e improvisam com esses padrões básicos de movimento. Este é um dos objetivos da Dança-Educação nos anos iniciais: promover o desenvolvimento das habilidades naturais das crianças, oferecendo oportunidades para elas criarem sequências simples por meio da improvisação, interagindo entre si, sob a orientação de um professor sensível. Com o desenvolvimento dessas habilidades, elas poderão criar danças mais complexas, com uma estrutura clara, incluindo aspectos interessantes como o desenvolvimento de tema e repetição (Freire, 2021, p. 35).

Essa citação mostra como a brincadeira, especialmente a dança, permite que as crianças expressem seus movimentos de forma espontânea. A sincronização dos movimentos auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, principalmente nas crianças da educação infantil. O controle motor é tão importante que existe um campo de experiência na educação infantil chamado “Corpo, Gestos e Movimentos”, que está relacionado a atividades lúdicas, como a dança. O campo de experiências “Corpo, Gestos e Movimentos” é uma das áreas de desenvolvimento previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil. Ele é responsável por trabalhar a coordenação motora das

crianças, promovendo o aprimoramento de seus movimentos por meio de atividades que estimulam a coordenação motora.

Desenvolver os movimentos das crianças, relacionados às atividades cotidianas, como andar, correr e pular, são aspectos da coordenação motora grossa. Já atividades como desenhar e amarrar os sapatos são voltadas para a coordenação motora fina. É fundamental que as crianças descubram as capacidades do corpo e reconheçam seus limites, aprendendo a usar seus movimentos de maneira eficiente.

Além disso, uma brincadeira, de forma alegre, promove a coordenação de movimentos, como saltar e dar pulos. Ela trabalha todas as partes do corpo, incluindo os membros superiores e inferiores. Quando as crianças exploram seus movimentos, são desafiadas a trabalhar todas as partes do corpo, desenvolvendo habilidades necessárias como saltar, girar e lateralidade.

É muito comum encontrarmos adultos com dificuldades motoras, que se tornam perceptíveis em atividades do cotidiano. Muitos adultos apresentam grande fragilidade ao praticar diversas atividades, como correr, fazer exercícios físicos ou participar de brincadeiras que envolvem seus movimentos.

Pesquisadores apontam que a oferta constante as práticas corporais variadas, trazem maior repertório motor para as crianças e melhorar suas habilidades motoras, trazendo mais eficiência as agilidades de coordenação. (Campos; Giglio, 2020).

É notável que, na educação infantil, muitos docentes utilizam brincadeiras de dança com as crianças. Elas brincam e dançam sem se preocupar se seus movimentos estão corretos, simplesmente seguindo o que sentem. Esse processo é essencial para explorar a coordenação motora das crianças desde cedo, proporcionando eficiência aos seus movimentos e evitando dificuldades no futuro.

A brincadeira cria um ambiente propício para trabalhar a coordenação das crianças. Através dos movimentos que elas acompanham — como pular, abaixar, subir —, habilidades que envolvem a mente e o corpo são desenvolvidas. A dança, que pode ser uma forma de brincadeira, trabalha todos os músculos das crianças, o que é de grande importância para seu desenvolvimento. Além disso, ela tem um papel crucial no desenvolvimento da noção de espaço, ensinando as crianças a respeitar o espaço dos outros. Elas aprendem a sincronizar seus passos com os dos colegas. O ritmo da brincadeira estimula os movimentos corporais, e esses movimentos podem ser incorporados nas atividades cotidianas.

Segundo Freire (2021), “as crianças precisam desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para criar, modelar e estruturar movimentos de forma expressiva”. Muitas vezes, a criança utiliza movimentos espontaneamente, variando gestos e dinâmicas para expressar seus sentimentos e ideias. Com encorajamento e assistência, elas brincam e improvisam com esses padrões básicos de movimento. Este é um dos objetivos da Dança-Educação nos anos iniciais: promover o desenvolvimento das habilidades naturais das crianças, oferecendo oportunidades para elas criarem sequências simples por meio da improvisação, interagindo entre si, sob a orientação de um professor sensível. Com o desenvolvimento dessas habilidades, elas poderão criar danças mais complexas, com uma estrutura clara, incluindo aspectos interessantes como o desenvolvimento de tema e repetição (Freire, 2021, p. 35).

Essa citação mostra como a brincadeira, especialmente a dança, permite que as crianças expressem seus movimentos de forma espontânea. A sincronização dos movimentos auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, principalmente nas crianças da educação infantil. O controle motor é tão importante que existe um campo de experiência na educação infantil

chamado “Corpos, Gestos e Movimentos”, que está relacionado a atividades lúdicas, como a dança.

O campo de experiências “Corpo, Gestos e Movimentos” é uma das áreas de desenvolvimento previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil. Ele é responsável por trabalhar a coordenação motora das crianças, promovendo o aprimoramento de seus movimentos por meio de atividades que estimulam a coordenação motora.

Desenvolver os movimentos das crianças, relacionados às atividades cotidianas, como andar, correr e pular, são aspectos da coordenação motora grossa. Já atividades como desenhar e amarrar os sapatos são voltadas para a coordenação motora fina. É fundamental que as crianças descubram as capacidades do corpo e reconheçam seus limites, aprendendo a usar seus movimentos de maneira eficiente.

Além disso, promovendo a saúde com atividades que trabalhem a capacidade de movimento incentiva os alunos a praticarem atividades físicas e a manterem rotinas saudáveis e ativas, tornando-se de grande eficiência para a vida adulta das crianças. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as crianças da Educação Infantil brincam com o corpo, conhecendo-o através das sensações, comunicando-se e expressando-se por meio da música, brincadeiras, jogos

simbólicos, teatro, estreitando o vínculo entre corpo, emoção e linguagem. Assim, vão tomando consciência de suas limitações e potencialidades, bem como dos riscos e da segurança em suas ações que envolvam movimento. Além disso, descobrem as mais diversas maneiras de utilização e ocupação do espaço através do movimento corporal (Brasil, 2016, p. 70).

O campo de experiências que permite à criança reconhecer seus próprios domínios e limites faz com que ela seja capaz de trabalhar as dificuldades presentes e aperfeiçoar o que já domina. Se, na escola, elas tiverem essa atenção dos seus professores para com seu corpo, consequentemente desenvolverão suas habilidades motoras mais rapidamente e serão adultos ativos na sociedade. As respostas dos seus movimentos se tornarão mais significativas e rápidas. É importante entender que, um dia, os pequenos crescerão e, com isso, suas respostas não serão mais tão ágeis. Mas, se isso for trabalhado desde cedo, será um benefício para a coordenação motora de muitos no futuro.

A criança se movimenta, mas sem analisar esse movimento. Utiliza bastante a imitação para se mover corretamente em seu meio ambiente e isso ocorre pela prática pessoal. Ela se

movimenta de maneira espontânea, sem questionar por que está fazendo determinados gestos, mesmo que sejam passados por outras pessoas.

Como nessa fase a criança passa a ter mais domínio do seu corpo, os jogos infantis e as interações lúdicas tornam-se aliados no aperfeiçoamento dos movimentos. Se os momentos recreativos forem usados como aliados desde sempre em nossas vidas para o desenvolvimento motor, menos pessoas se tornarão adultos lentos em seus movimentos. Atualmente, é muito comum ver o quanto as pessoas não se sentem dispostas para correr ou se movimentar

encontramos uma porcentagem pequena de pessoas realmente ativas em nossa sociedade.

Caso contrário, essa engrenagem sempre irá se repetir. É necessário que essas habilidades sejam trabalhadas desde cedo, para estimular o pensamento e os comandos rápidos dos movimentos. Quanto mais a criança é incentivada a usar seu corpo de forma espontânea, maiores são as possibilidades de que, no futuro, ela não se torne um adulto frustrado, que não executa movimentos precisos — seja em atividades do cotidiano ou em práticas físicas.

Para Alves e Gonçalves Junior (2024), a criança responde aos estímulos do ambiente, o que dispensa qualquer tipo de repressão a esses estímulos externos.

E a falta de estímulos na educação infantil tem raízes profundas: por muito tempo, a infância foi ignorada enquanto fase única, e as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, muitas vezes destinadas ao trabalho.

Durante boa parte da história do nosso Brasil, principalmente nos períodos de industrialização e nas zonas rurais, o trabalho infantil era uma realidade muito visível, forçando crianças a situações de extrema vulnerabilidade. Durante o século XIX e no início do século XX, o crescimento das atividades agrícolas nas áreas rurais foi um dos principais impulsionadores do cenário de mão de obra infantil, visto como socialmente aceitável, especialmente em famílias rurais e urbanas.

Essas crianças eram vistas como pequenos adultos, sendo sobrecarregadas com atividades como a colheita de café e o corte de cana-de-açúcar, sem considerar nem um direito fundamental, como a importância do lazer e da educação.

Diversão e proteção estavam muito além da realidade da época. Expostas a jornadas de trabalho exaustivas, com pouca segurança e higiene, e sem qualquer direito à educação, essas crianças permaneciam em uma situação de total vulnerabilidade. No meio rural, a escassez de

escolas e a distância dos centros urbanos tornavam o trabalho incessante, perpetuando o ciclo de pobreza.

Esse cenário só começou a ser questionado de forma mais assertiva com a defesa dos direitos humanos e a criação da legislação trabalhista no século XX. A partir da década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas e com a criação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, o trabalho infantil foi proibido, sendo reconhecido como um problema social grave.

No entanto, os avanços não foram igualmente alcançados nas zonas rurais e nas pequenas indústrias, onde os direitos trabalhistas eram frequentemente esquecidos. No campo, esse trabalho já fazia parte da rotina, sendo profundamente enraizado na cultura local, visto como uma necessidade de sobrevivência.

Como aponta o IBGE (2022), “o trabalho infantil no Brasil está profundamente associado à pobreza, à informalidade e às desigualdades territoriais, sendo mais frequente em áreas rurais e em atividades agrícolas.”

Paralelamente, a reforma agrária surgiu como uma das bandeiras dos movimentos sociais, refletindo desigualdades profundas. Nos anos seguintes às revoluções, as desigualdades em relação às crianças não desapareceram. Muitas delas eram forçadas a trabalhar para a subsistência, principalmente no setor agrícola, afastando-as de seus direitos. Nesse contexto, quem estava em situação de maior vulnerabilidade estava destinado ao trabalho árduo e à exploração nos grandes latifúndios.

Os tempos mudaram e as análises sobre o direito das crianças à educação se intensificaram, mas o que continua sendo retirado delas na sociedade contemporânea é algo fundamental para o seu desenvolvimento: o direito ao ensino lúdico.

Como destaca o UNICEF (2021), “o brincar é reconhecido como um direito fundamental da criança e sua ausência compromete seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo. “Esse direito, embora seja civil, tem sido cada vez mais negligenciado, especialmente em comunidades periféricas e vulneráveis.

Nas escolas públicas brasileiras, a Educação Infantil enfrenta sérios problemas estruturais, especialmente devido à escassez de recursos. A falta de verba compromete não só o direito ao brincar, mas também a qualidade do ensino. É cada vez mais comum encontrar instituições públicas com salas superlotadas, onde as crianças mal têm espaço para se acomodar, o que dificulta a concentração e o aprendizado.

Conforme estabelecido pela legislação, “é dever do Estado, da família e da sociedade proteger, preservar e garantir o direito ao brincar a todas as crianças” (BRASIL, 2020). No entanto, a realidade nas escolas muitas vezes revela uma educação que valoriza apenas os resultados acadêmicos, em detrimento do desenvolvimento integral da criança. A falta de espaços adequados, a escassez de brinquedos e as jornadas escolares exaustivas são reflexos de uma concepção de ensino que minimiza a importância das experiências lúdicas. Em diversas instituições, o brincar é tratado como algo secundário, sendo substituído por atividades repetitivas e formais, que desconsideram as necessidades próprias da infância.

Essa situação é ainda mais cruel quando observamos as crianças em situação de vulnerabilidade social, muitas delas na periferia. Ao invés de viverem plenamente sua infância, elas são inseridas precocemente em contextos exigentes e para o desenvolvimento infantil. A pedagoga Tizuko Morchida Kishimoto, em sua obra “O Jogo e a Educação Infantil”, defende que a brincadeira não é um luxo concedido à criança, mas uma prática essencial para que elas se sintam acolhidas e possam se expressar, desenvolvendo suas habilidades sociais e cognitivas, compreendendo o mundo ao seu redor, sem acesso a brinquedos, parques ou momentos de lazer. Muitas vezes, isso é resultado da omissão de instituições que, ao não garantir seus direitos, acabam invisibilizando suas necessidades mais básicas.

Enquanto isso, os discursos oficiais continuam sendo distantes da realidade da educação infantil, voltados para aspectos técnicos, mas sem uma abordagem que reconheça as necessidades reais das crianças. O brincar, que deveria ser considerado uma ferramenta essencial de aprendizagem, expressão e cidadania, segue sendo tratado como uma perda de tempo.

Guimarães e Palhares (2022) afirmam que o brincar não se limita a apenas umas brincadeiras sem propósito, mas um momento necessário para o seu desenvolvimento.

Essa negação se manifesta de várias formas: ausência de brinquedos nos parques e, principalmente, nas salas de aula, além de jornadas escolares cansativas. Ainda assim, muitos profissionais que valorizam o brincar se dedicam ao máximo, levando o melhor que podem para a sala de aula, mesmo enfrentando situações quase impossíveis de lidar.

Levadas a salas de aula superlotadas e mal equipadas, as crianças têm suas oportunidades de aprendizagem severamente comprometidas. Em muitos casos, precisam compartilhar espaços pequenos, sem qualquer acesso a atividades lúdicas.

O direito ao brincar, garantido pela Constituição e por diversas convenções internacionais, torna-se quase uma ficção diante dessa realidade. A ausência de recursos básicos nas escolas prejudica o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças, limitando seus sonhos e possibilidades.

Muitas instituições de ensino infantil não possuem espaços adequados para atividades que incentivem o brincar, e as oportunidades vão se tornando cada vez mais escassas. Em vez de encontrarem um ambiente rico em estímulos, as crianças se deparam com espaços áridos, onde a ludicidade não tem lugar e o prazer de aprender desaparece.

Segundo a CNTE (2023) a falta de organização nas instituições compromete o desenvolvimento dos estudantes, dificultando o aprendizado, e o acesso a direitos fundamentais.

Com a ausência desses recursos, os professores ficam limitados e, mesmo reconhecendo a importância do brincar, não conseguem flexibilizar suas práticas pedagógicas. Assim, os conteúdos — por mais importantes que sejam — deixam de ser ensinados de forma leve e significativa, como deveria ocorrer nos primeiros anos escolares.

Quando a educação se torna excessivamente conteudista e teórica, a aprendizagem é prejudicada e o prazer de estar na escola é perdido. O direito ao lazer e ao brincar, previsto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), acaba sendo tratado como algo secundário.

Essa realidade se agrava ainda mais quando observamos a vida de crianças em situação de vulnerabilidade social, especialmente nas periferias. Em regiões carentes, a falta de recursos nas escolas revela a desigualdade estrutural do país. Essas crianças não têm acesso a brinquedos, materiais pedagógicos ou espaços adequados, tampouco à ludicidade que deveria permear todas as suas atividades escolares.

Segundo Conceição e Rocha (2021), o brincar é fundamental para a expressão infantil e para o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e motor. Esses processos, porém, se enfraquecem quando as crianças têm seu tempo livre restringido e deixam de vivenciar experiências lúdicas que sustentam seu crescimento integral.

A infância delas é marcada por uma ausência profunda de diversão e de tempo livre. Parques e brincadeiras tornam-se elementos distantes de sua vivência cotidiana, mesmo sendo essenciais para o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional. Em vez disso, são empurradas para uma rotina rígida, muitas vezes

A infância dessas crianças é marcada por uma profunda ausência de diversão e tempo livre. Parques e brincadeiras tornam-se elementos distantes da vivência cotidiana, mesmo sendo essenciais para o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional. Em vez disso, muitas são empurradas para uma rotina rígida, monótona e sem encanto, o que perpetua um ciclo de negação da infância e de seus direitos mais básicos.

O mais notável é que a falta de investimento por parte do Estado empurra, especialmente as escolas públicas, para um modelo de ensino tecnicista. Nessas instituições, o foco exclusivo na transmissão de conteúdos e na memorização para avaliações deixa de lado o aspecto lúdico da educação infantil — muitas vezes tratado como mero passatempo. Essa lógica inflexível transforma o ambiente escolar em um espaço onde as crianças são levadas a agir como pequenos adultos, aprendendo de maneira mecânica, quase robótica.

A escola, que deveria ser um ambiente acolhedor e prazeroso, passa a ser vista como um local de punição e cobrança, onde os erros são constantemente apontados e as brincadeiras colocadas em segundo plano. Isso limita o desenvolvimento pleno das crianças e inibe suas potencialidades.

A ausência de ludicidade na educação infantil é, portanto, uma violação dos direitos da infância, pois compromete o desenvolvimento emocional, cognitivo e motor. E essa negligência tem consequências sérias no futuro — não apenas cognitivas, mas também físicas.

Desde os primeiros anos de vida, as crianças desenvolvem habilidades fundamentais para sua autonomia, como a coordenação motora. Na educação infantil, esse processo é estimulado de forma lúdica, por meio de atividades que envolvem correr, pular, caminhar e realizar tarefas do cotidiano.

Um exemplo é a coordenação bilateral, que exige o uso integrado dos dois lados do corpo. Ela pode ser simétrica, como ao bater palmas, ou assimétrica, como chutar uma bola com uma perna enquanto se equilibra com a outra. A ludicidade é uma aliada essencial nesse processo. Por meio de jogos, músicas e brincadeiras, as crianças exploram seus corpos, os espaços e os próprios limites. Um exemplo é a música “Batalha do Movimento”, do canal O Reino Infantil, que traz comandos corporais variados, estimulando tanto a coordenação quanto a atenção.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 30), “as crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas

potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.

Atividades lúdicas permitem que a criança saia da zona de conforto e experimente novos movimentos. Brincadeiras como circuitos, jogos com obstáculos e músicas com gestos são fundamentais para trabalhar a coordenação motora grossa, relacionada aos grandes grupos musculares — braços, pernas, tronco — e envolvida em tarefas como pular, correr e escalar.

Também é necessário dar atenção à coordenação motora fina, que envolve movimentos menores e mais delicados, como o uso das mãos e dos dedos. Ela é essencial para tarefas do dia a dia como pintar, desenhar, recortar, abotoar roupas ou amarrar os sapatos. A ludicidade também está presente aqui: músicas com gestos, como “Minhas Mãos” (Formiga Balão), ajudam as crianças a explorar movimentos precisos, imitando ações como voar, abraçar ou conversar.

É comum observar dificuldades nos anos iniciais do ensino fundamental relacionadas à motricidade fina, como a incapacidade de cortar com tesoura ou amarrar os sapatos. Isso reforça a necessidade de experiências ricas em atividades lúdicas desde a educação infantil, permitindo que a criança use seu corpo em diversas situações.

A ludicidade também contribui para o desenvolvimento da noção de espaço, competência essencial para a movimentação corporal. Por meio de brincadeiras como “dança das cadeiras”, “estátua”, ou músicas como “Dança do Canguru” (Aline Barros & Cia 3), as crianças aprendem a se localizar e a se movimentar com consciência no ambiente.

Apesar da importância da ludicidade, a falta de recursos nas escolas públicas dificulta sua aplicação. O Estado, ao não investir adequadamente, compromete o direito das crianças a um desenvolvimento pleno.

A educação infantil é um direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988, que, ao afirmar no artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família", reforça a importância de um desenvolvimento educacional desde os primeiros anos de vida. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece normas para a educação no Brasil, incluindo a educação infantil. O Plano Nacional de Educação (PNE) também assegura que a educação infantil é fundamental para o desenvolvimento eficaz das crianças. Contudo, apesar da existência dessas políticas públicas, o Brasil é um dos países com menos recursos destinados à educação infantil, principalmente nas escolas públicas. A falta de humanidade e o distanciamento entre o que é preconizado na legislação e o que se observa na

realidade resultam no abandono da educação e comprometem o futuro das crianças e, por conseguinte, o futuro da nossa sociedade

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece que o Estado deve garantir e ter como prioridade a educação básica, atendendo a todos os níveis e etapas do desenvolvimento das crianças. A LDB, por sua vez, determina que a educação infantil deve ser oferecida a todas as crianças de 0 a 5 anos, em ambientes que promovam o desenvolvimento integral, com direito ao ensino de qualidade e à ludicidade. A Lei nº 11.274/2006, que amplia a obrigatoriedade da educação infantil para crianças a partir de 4 anos, e o PNE, com metas até 2024, são instrumentos que asseguram que a educação infantil seja tratada como prioridade. Além disso, a BNCC, de 2017, detalha os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na infância.

No entanto, apesar de todos esses marcos legais, o direito à educação infantil ainda está longe de ser plenamente garantido. A distância entre o que está previsto em lei e o que é vivenciado nas escolas públicas revela a falta de compromisso e humanidade do Estado, comprometendo o presente e o futuro de milhares de crianças brasileiras.

A desorganização do sistema educacional brasileiro não é apenas um problema técnico ou financeiro — é, acima de tudo, um reflexo estrutural da postura do Estado em relação ao bem-estar das crianças. Quando o Estado falha em cumprir sua obrigação de garantir todos os direitos das crianças, incluindo o acesso a um ensino de qualidade, ele não apenas descumpre dispositivos legais e constitucionais, mas também despreza os princípios básicos da dignidade humana e do cuidado com a infância.

A negligência governamental nesse campo não pode ser compreendida apenas como uma lacuna orçamentária, mas como uma profunda falta de sensibilidade e compromisso. Crianças são sujeitos de direitos e precisam de um ambiente educacional acolhedor e estruturado para construir sua identidade, autonomia e cidadania.

O descaso com a educação infantil, etapa mais sensível e determinante do desenvolvimento humano, compromete todo o percurso educacional. É nesse período que as crianças começam a compreender suas emoções, desenvolver relações sociais, aprimorar suas habilidades cognitivas e motoras — aspectos fundamentais que impactarão diretamente todas as outras fases de suas vidas.

A estrutura física precária das creches e pré-escolas, a falta de materiais pedagógicos e de salas de aula adequadas para abrigar todos os alunos evidenciam a desvalorização dos

profissionais da educação infantil e a escassez contínua de investimentos nessa etapa essencial. Em vez de garantir espaços de acolhimento, aprendizagem e segurança, muitas instituições públicas oferecem ambientes desestimulantes e inseguros, que dificultam a atenção das crianças e reduzem seu interesse pela escola.

Apesar das garantias legais presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse cenário se agrava em regiões periféricas, onde as crianças são afastadas da escola pela ausência de apoio efetivo do Estado. A desigualdade no acesso à educação infantil acentua-se cada vez mais, criando um ciclo perverso de exclusão social. Nessas áreas, a educação infantil deixa de ser um direito universal e passa a ser um privilégio restrito a poucos.

Além disso, a ausência de fiscalização contribui para a manutenção desse panorama desigual. Muitas vezes, encontramos creches e pré-escolas que refletem o abandono sistemático por parte de seus gestores, evidenciando a falta de prioridade conferida à infância e à infraestrutura.

Esses espaços, que deveriam ser locais de prazer, diversão e aprendizado, tornam-se ambientes marcados pela negligência, onde a infância é invisibilizada. O que se presencia é a normalização da precariedade, aprofundando ainda mais as desigualdades históricas.

Essa realidade, no entanto, não é fruto do acaso, mas resultado de um histórico descaso das autoridades, que tratam o bem-estar infantil como algo secundário. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em artigo publicado no site da CUT (2023), mais da metade das salas de aula avaliadas pelos Tribunais de Contas apresentaram condições inadequadas de infraestrutura. Muitas salas de aula se encontram em condições precárias, o que gera desinteresse por parte dos alunos e prejudica diretamente o processo de aprendizagem.

O conteúdo revela o descaso dos governos, evidenciado pela ausência de bibliotecas, quadras esportivas, iluminação e ventilação adequadas. Não é necessário ser um especialista para perceber que, se os recursos básicos que são direitos garantidos estão em falta, os elementos lúdicos e pedagógicos tornam-se ainda mais distantes da realidade dos alunos. Essa escassez não afeta apenas o aprendizado intelectual, mas também compromete o desenvolvimento motor das crianças. Afinal, como explorar plenamente suas habilidades se os espaços em sala de aula mal permitem a locomoção.

Moreira e Maciel (2025) analisam que a lógica neoliberal reforça a mercantilização das relações sociais, as conhecendo como um produto, não um direito social

Evidencia as políticas educacionais que, sob influência neoliberal, agravam os problemas históricos da educação. O autor destaca a falta de valorização da aprendizagem, apontando que questões como a má gestão e a desvalorização dos professores não são apenas problemas atuais, mas foram historicamente ignorados. Desse modo, Saviani alerta para a necessidade urgente de melhorias no ensino, que não podem ser resolvidas apenas com medidas superficiais, como a vinculação de recursos ao desempenho em prova

METODOLOGIA

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa sobre a importância dos recursos lúdicos para a aprendizagem das crianças na educação infantil. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a observação direta em sala de aula como principal técnica de coleta de dados. O objetivo foi analisar como o uso de recursos lúdicos, como jogos, brinquedos, atividades de movimento e expressões criativas, pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais das crianças.

Durante a observação inicial, foi possível identificar que muitas crianças enfrentavam dificuldades em áreas fundamentais do desenvolvimento, como concentração, coordenação motora fina e habilidades de interação social. Tais desafios são frequentemente encontrados em ambientes escolares com infraestrutura limitada, o que destaca a necessidade de práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas às necessidades das crianças.

Com o intuito de promover o desenvolvimento dessas habilidades, foram aplicadas atividades lúdicas que envolviam diferentes tipos de jogos, brincadeiras e experiências sensoriais. Esses recursos foram introduzidos nos momentos de transição, como antes da roda de conversa e após o recreio, com o objetivo de estimular a interação, a expressão emocional e o desenvolvimento motor das crianças. As atividades foram planejadas de forma a tornar o ambiente escolar mais dinâmico, envolvente e motivador.

Após duas semanas de aplicação contínua dessas práticas, foi possível observar avanços significativos nas habilidades das crianças. O uso de jogos e atividades lúdicas contribuiu para

o desenvolvimento de habilidades motoras finas, como o movimento de pinça, essenciais para atividades de escrita e pintura. Além disso, as habilidades motoras amplas, como correr, saltar e se equilibrar, também evoluíram. As interações sociais entre as crianças se tornaram mais cooperativas e empáticas, com um aumento no respeito mútuo e no trabalho em equipe.

Esses resultados demonstram que os recursos lúdicos não são apenas ferramentas de diversão, mas instrumentos poderosos no processo de aprendizagem. Quando utilizados de forma estruturada e intencional, eles promovem o desenvolvimento integral das crianças, conforme preconizado em diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Portanto, é essencial que o direito ao brincar e o uso de recursos lúdicos sejam garantidos nas escolas públicas de maneira consistente, com o apoio de políticas públicas que assegurem a qualidade do ensino e a formação dos educadores. A ludicidade deve ser vista como um componente essencial do currículo escolar, que contribui para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças, garantindo uma infância plena e respeitada em seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com o objetivo de demonstrar claramente que os recursos lúdicos desempenham um papel crucial no desenvolvimento infantil.

“Os recursos lúdicos possibilitam experiências sensoriais, motoras e cognitivas que fortalecem o desenvolvimento integral da criança, promovendo aprendizagens significativas por meio da brincadeira.”(Friedmann, 2020, p. 47).

Esses recursos, que incluem jogos, brincadeiras, música, movimento e outros materiais pedagógicos, são essenciais para o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais das crianças. O exemplo da música foi utilizado como uma das estratégias lúdicas que se mostrou eficaz, estimulando, por exemplo, a coordenação motora, o movimento de pinça e a interação social entre os alunos.

A introdução de atividades lúdicas no ambiente escolar gerou uma resposta positiva das crianças, que demonstraram entusiasmo e alegria durante os momentos de brincadeiras.

Segundo Kishimoto (2021), as atividades lúdicas tornam o ambiente escolar mais significativo, pois desenvolvem habilidades cognitivas e favorecem tanto a coordenação motora quanto as aprendizagens sociais.

Essas atividades proporcionaram não apenas um momento de diversão, mas também um avanço significativo nas habilidades motoras, como corrida e caminhada, e nas interações sociais entre os alunos, com destaque para a cooperação e o respeito mútuo.

A importância dos recursos lúdicos vai além da diversão: eles são instrumentos poderosos no processo de aprendizagem. Eles tornam o ambiente escolar mais dinâmico e atrativo, favorecendo o bem-estar emocional das crianças e transformando a escola em um lugar de prazer, desenvolvimento e descobertas.

A utilização desses recursos é essencial para que as crianças se sintam motivadas e envolvidas no processo educativo, estimulando seu desenvolvimento integral.

Entretanto, para que esses recursos sejam efetivamente implementados, é necessário que o Estado assuma a responsabilidade de garantir que as escolas tenham acesso a materiais adequados, infraestrutura mínima e formação continuada para os educadores.

A falta de investimentos e de políticas públicas eficazes impede que muitos educadores possam utilizar recursos lúdicos de maneira plena e eficaz. O Estado, ao negligenciar essa parte essencial da educação, compromete o direito das crianças ao desenvolvimento integral e ao acesso a uma educação de qualidade.

Diante dos resultados obtidos, é evidente que práticas pedagógicas que utilizam recursos lúdicos devem ser mais frequentemente incorporadas no currículo escolar, pois elas proporcionam benefícios amplos e abrangentes.

A implementação dessas atividades nas rotinas diárias das escolas enriquece o processo de ensino-aprendizagem e contribui para um ambiente mais acolhedor e respeitador dos direitos das crianças.

De acordo com Barreto e Carvalho (2022), as políticas públicas ainda são insuficientes e a falta de investimentos compromete a manutenção das estruturas, dificultando práticas pedagógicas consistentes e afetando, sobretudo, o desenvolvimento integral das crianças.

Portanto, é fundamental que os educadores reconheçam o valor dos recursos lúdicos e busquem estratégias que os integrem de maneira intencional e contínua no contexto da Educação Infantil.

E mais importante ainda, o Estado precisa garantir que as condições adequadas sejam oferecidas para que essas práticas possam acontecer de forma eficiente e sem obstáculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, foi possível observar que os recursos lúdicos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Entre esses recursos, a música se destacou como uma ferramenta importante, mas é essencial reconhecer que há uma gama de atividades que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social dos pequenos.

Os recursos lúdicos, como jogos, brincadeiras e atividades artísticas, são fundamentais para o processo de aprendizagem, pois estimulam a criatividade e proporcionam um ambiente seguro e prazeroso para a criança explorar suas habilidades.

A música, como exemplo, foi uma das atividades que mais se mostrou eficaz, promovendo a coordenação motora, a expressão emocional e a interação social entre as crianças. No entanto, o impacto positivo desses recursos vai além da música, abrangendo outras práticas que favorecem o desenvolvimento integral dos alunos.

As crianças mostraram grande envolvimento nas atividades lúdicas, e os resultados indicaram avanços não apenas nas habilidades motoras, como a coordenação e o equilíbrio, mas também na interação com os colegas, no fortalecimento das relações afetivas e no desenvolvimento emocional. As brincadeiras ajudaram a melhorar a capacidade de cooperação, comunicação e resolução de conflitos, aspectos essenciais para o ambiente escolar.

Em suma, a utilização de recursos lúdicos na educação infantil vai muito além do simples entretenimento. Eles são ferramentas essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois incentivam a aprendizagem ativa e a expressão pessoal.

O uso intencional dessas atividades deve ser cada vez mais valorizado, para que as crianças tenham a oportunidade de se desenvolver de forma plena e integral, respeitando suas necessidades e direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lorrany Ingrid da Silveira; BRAVO GONÇALVES JUNIOR, Julio Ribeiro. A importância do estímulo motor precoce no desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Saúde Dinâmica, v. 6, e062406, 2024.

Acesso em: 25 nov. 2025, 14h12.

ALVARENGA, Carolina; VIANEY DE CARVALHO, Eliane; RAYMUNDO ALMEIDA, Ana Clara. Relações de Gênero e o Direito ao Brincar: Desafios para a Construção da Cidadania na Educação Infantil. Revista Interações, v. 20, n. 69, p. 1–25, 2024.

Acesso em: 26 nov. 2025, 09h48.

BARBOSA, Carla Silveira; MIRANDA, Marcos Cesar Rodrigues de; MARQUES, Rosebelly Nunes. Base Nacional Comum Curricular: o brincar como direito e a gestão escolar na educação infantil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. 4, p. 2922–2947, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i4.15681.

Acesso em: 27 nov. 2025, 10h05.

BARRETO, Maria Carmem; CARVALHO, Gabriel Souza. Políticas públicas e educação infantil: desafios e perspectivas. Recife: EdUFPE, 2022.

Acesso em: 24 nov. 2025, 16h21.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:

https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

CAMPOS, Débora C.; GIGLIO, Sueli A. Segantini. Práticas corporais e desenvolvimento motor infantil. Motrivivência, v. 32, n. 62, p. 1–15, 2020.

Acesso em: 26 nov. 2025, 11h33.

CARVALHO, M. P.; TORRES, A. L. Brincadeiras ativas e desenvolvimento motor na infância. Cadernos de Educação Infantil, v. 19, n. 2, 2021.

Acesso em: 25 nov. 2025, 08h57.

CNTE. Falta de estrutura das escolas compromete educação pública no Brasil. CUT – Central Única dos Trabalhadores, 4 maio 2023. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/falta-de-estrutura-das-escolas-compromete-educacao-publica-no-brasil-bc17>.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

CONCEIÇÃO, Isabela Cassiano Marques Barros da; ROCHA, Gustavo Gomes Siqueira. A importância do brincar na Educação Infantil. Revista Educação Pública, 2021.

Acesso em: 27 nov. 2025, 15h02.

DOMINGUES, Vanessa Izidorio de Arruda. A importância do lúdico na Educação Infantil. Revista Primeira Evolução, v. 1, n. 25, p. 129–131, 2022.

Acesso em: 24 nov. 2025, 10h19.

ENSINO. Revista Ensino e Educação, v. 22, n. 2, p. 254–259, 2021.

Acesso em: 26 nov. 2025, 13h40.

FARIA, Andreia Ferreira de Melo. A importância da ludicidade na Educação Infantil. Revista Primeira Evolução, v. 1, n. 27, p. 27–32, 2022.

Acesso em: 28 nov. 2025, 09h06.

FREIRE, Ida Maria. Dança-Educação: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento. Disponível em:

<https://d.docs.live.net/75d61cf87231b20c/Documentos/DOC-20240517-WA0015%5e.pdf>.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

FRIEDMANN, Adriana. O brincar na educação infantil: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2020.

Acesso em: 25 nov. 2025, 17h28.

IBGE. Trabalho Infantil 2019–2022: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

Acesso em: 26 nov. 2025, 18h14.

MORAES, Neide Benedita de. A importância do brincar para o desenvolvimento da criança. Revista Primeira Evolução, v. 1, n. 30, p. 75–80, 2022.

Acesso em: 24 nov. 2025, 14h50.

MOREIRA, L.; MACIEL, C. A lógica neoliberal e seus transbordamentos na educação pública. Educação & Trabalho Pedagógico, v. 9, n. 1, p. 20–34, 2025.

Acesso em: 27 nov. 2025, 12h09.

NAKAMURA, Sueli Rosa. O brincar no contexto das políticas públicas para a educação infantil: implicações da teoria histórico-cultural. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Acesso em: 28 nov. 2025, 08h41.

PEREIRA APRÍGIO SILVA, Karla; BARBOSA, Douglas Vasconcelos. O direito de brincar das crianças na educação infantil no contexto da pandemia de Covid-19. Revista Cocar, v. 15, n. 33, 2021.

Acesso em: 26 nov. 2025, 16h00.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais brasileiras: limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. Disponível em:
https://legado.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3980492/mod_resource/content/1/Saviani%2C%20Dermeval%20%5B2008%5D%20-%20Pol%C3%ADtica%20educacional%20brasileira.pdf.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

SILVA, Angela Cristina Pereira da. A importância do brincar na educação infantil. Revista REPS, v. 10, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10186>.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

SILVA, Jucira Moura Vieira da. O brincar na Educação Infantil como base para o desenvolvimento das crianças. Revista Primeira Evolução, v. 1, n. 36, p. 35–43, 2023.

Acesso em: 25 nov. 2025, 11h22.

SILVA, Jucira Moura Vieira da. A importância do brincar para o desenvolvimento na educação infantil. Revista Primeira Evolução, v. 1, n. 37, p. 69–75, 2023.

Acesso em: 27 nov. 2025, 17h44.

UNICEF. Early Childhood Education and Care in Latin America and the Caribbean. New York: UNICEF, 2021.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.

XIMENES, Glaudiana M.; BIANQUINI, Elyda A.; ARAUJO, M. A.; DAIA, P. M. M.; SOUZA, H. S. Brincar e aprender: a importância do lúdico na Educação Infantil. Revista Lumen et Virtus, 2023.

Acesso em: 28 nov. 2025, 18h00.